

Os países industrializados poderão jogar duro com o Brasil

A se julgar por comentários de diretores de bancos e funcionários europeus, que circulam frequentemente por Genebra, o fato de o Brasil ter conseguido reescalonar US\$ 4,1 bilhões de dívida pública no âmbito do Clube de Paris, sem antes submeter-se ao FMI, não terá passado de uma vitória de Pirro.

Eles prevêem que por um longo período o Brasil continuará enfrentando dificuldades para obter crédito comercial das nações industrializadas, principalmente dos governos norte-americano, alemão e suíço. De fato, representantes norte-americanos não negam que os créditos do Eximbank serão utilizados para barganhas comerciais — e no caso do Brasil, continua a interessar uma mudança na Lei de Informática.

Na interpretação de alto funcionário internacional, testemunha das negociações de 21 de janeiro último no Clube de Paris, as nações industrializadas não concederam exatamente o reescalonamento ao Brasil. Apenas limitaram-se a assinar uma "intenção". Ele lembra, não sem malícia, que o Brasil assinou várias cartas de intenções com o FMI, nenhuma das quais foi cumprida.

Pelas regras do Clube de Paris, o Brasil deverá agora negociar com cada país sua dívida oficial. Trata-se de um processo demorado, que o Ministério da Fazenda conhece desde as negociações de 1983. O então negociador brasileiro, diplomata Tarcísio Marciano, parece que demorou tanto nas negociações que hoje está lotado na Líbia.

Enquanto não se fecha um acordo bilateral, o crédito comercial continuará restrito. De fato, as nações industrializadas, mesmo EUA, Alemanha e Suíça, os mais duros nas negociações, jamais cessam de conceder crédito comercial. É de seu interesse. Um desses países reclamava ano passado que, enquanto jogava duro com o Brasil, outros países, como a Inglaterra, continuavam concedendo crédito ao País, apesar da falta de pagamentos.

O que parece levar os países

industrializados a jogar duro é a estratégia brasileira. "Vocês agora ameaçam", acusa um funcionário lembrando a atitude do embaixador brasileiro Álvaro Alencar ao ameaçar com a moratória, durante os entendimentos no Clube de Paris. O funcionário lembra que a negociação foi tão mais difícil por causa do fuso horário — em Brasília, dormia-se enquanto na madrugada se negociava em Paris.

Além disso, a vitória de Pirro — interpretação dos credores — foi menor do que a obtida pouco antes pelo México. Com firme apoio de seu poderoso vizinho, os Estados Unidos, o México reescalonou sua dívida pública que vencia até o final deste ano. O Brasil pediu o mesmo, e conseguiu renegociar até a metade do ano. Para os credores, um sinal de que não se dobraram. Para o Brasil, parece que já fazia parte dos planos.

os banqueiros, por outro lado, demonstram ceticismo sobre facilidades que o Brasil teria para o reescalonamento da dívida junto aos bancos comerciais. Dezenas e dezenas de banqueiros esperavam conversar com o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, no encontro internacional de Davos, na Suíça, realizado há duas semanas. Bancos prepararam dossiês para seus representantes, mas afinal nem Funaro nem o ministro argentino Sourrouille apareceram. Os banqueiros foram informados de que o presidente Sarney aconselhara Funaro a permanecer no País, diante da confusão interna.

Os banqueiros admitem que o Brasil, formalmente, avançou um degrau nas negociações, ao obter a "intenção" de negociação do Clube de Paris. Mas lembram que a conjuntura brasileira é diferente: a inflação voltou a galope, a liquidez do ano passado já não existe, e a Constituinte continua a causar preocupações.

Esta semana, de fato, circulava entre banqueiros uma pesquisa do semanário **Veja** demonstrando que a maioria dos constituintes se declara disposto a votar restrições adicionais para a remessa de lucros das empresas.

O que parece importar para o Brasil, admite um consultor internacional de finanças, é que o País parece estar conseguindo os resultados desenhados por sua estratégia. Além disso, é bom acrescentar que, se o investimento externo cair ainda mais este ano, não é ele que trará um solução durável para o problema da dívida externa. E, enfim, nem os bancos nem os governos industrializados desejaram matar a galinha dos ovos de ouro, que lhes envia todo ano US\$ 12 bilhões.

Retomada do crescimento

As cinco principais nações industrializadas — Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Inglaterra — provavelmente se reunirão entre os dias 21 e 28 próximo para estabelecer as bases de um acordo para a retomada do crescimento econômico mundial.

Enquanto não se define a data do encontro, continuam as negociações para desenhar um acordo que evite a todo preço uma reunião que não seja de consenso. De fato, analisam os europeus, as consequências de um fracasso seriam catastróficas, sobretudo sobre o mercado de câmbio.

No momento, os Estados Unidos promovem negociações secretas com Japão e Alemanha, conforme informa o **Wall Street Journal**, para a fixação de uma estabilização da paridade das moedas, desde que esses países aceitem estimular suas economias. Certos analistas falam mesmo no retorno a Bretton Woods, isto é um sistema de paridade fixa das moedas. Parece tratar-se de um exagero. Até o ano passado, pelo menos os EUA se limitavam a apoiar uma conferência monetária internacional — idéia francesa desde 1982 — e a concordar com taxas de câmbio "previsíveis". De qualquer modo, parece haver hoje um consenso de que a flutuação das moedas causa mais incertezas do que se previa ao comércio internacional, principalmente.

De fato, no período de paridade monetária fixa, o risco monetário para o comércio exterior era relativamente modesto, porque a

margem de flutuação fixada pelos bancos centrais se situava entre 1 e 3%. Nesse período bastava inteirar-se das paridades, previsíveis de maneira mais ou menos segura graças a alguns indicadores econômicos, e prever então a data da valorização ou o contrário.

A situação mudou inteiramente no início de 1973, quando os EUA praticamente colocaram abaixo os acordos de Bretton Woods. A flutuação das moedas em relação ao dólar gerou uma atmosfera de incerteza nos mercados internacionais, acentuando os riscos monetários no comércio internacional.

Para fazer um acordo de estabilização monetária — provisório, o suficiente para reduzir seu déficit comercial, sob a baixa recente do dólar — os EUA enfretam, aparentemente, ainda a resistência alemã. O governo de Bonn recusa-se a incentivar mais sua economia com base numa política que julga perigosa em face da inflação. Além disso, a necessidade de intervir para manter as paridades das moedas pode fazer o país acumular dólares e inchar sua massa monetária. Quanto ao Japão, que até por razões geopolíticas resiste menos aos EUA, já deu sinais de que aceita reduzir ainda mais suas taxas de juros e adotar medidas para estimular o consumo interno.

Enquanto isso, no próprio governo norte-americano parece não haver concordância sobre um acordo monetário. Baryl Sprinkel, chefe dos economistas da Casa Branca, tem sublinhado a impossibilidade de fixar as chamadas zonas de câmbio estável e de mantê-las num mercado onde se negociam nm média 75 bilhões de dólares por dia, dos quais apenas 3% relativos a transações comerciais.

No momento, além da expectativa de um próximo encontro dos cinco parece existir a certeza de que desta vez se evitará declaração do tipo cooperação econômico-monetária, que cai no vazio no dia seguinte, enquanto a economia internacional deriva...

Assis Moreira, de Genebra.